



## MONUMENTO, MEMÓRIA E CIDADE: AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCULTURA “GLÓRIA IMORTAL AOS FUNDADORES DE SÃO PAULO” DE AMEDEO ZANI

**Palavras-Chave: ARTE PÚBLICA, MONUMENTO, AMEDEO ZANI**

**Autoras:**

**NAOMI SHIDA, IA – UNICAMP**

**Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. SYLVIA HELENA FUREGATTI (orientadora), IA – UNICAMP**

### INTRODUÇÃO:

O monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo” de Amedeo Zani, localiza-se na região central de São Paulo, especificamente no complexo histórico Pateo do Collegio situado entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, local de diversas transformações urbanas e de um longo processo de requalificação arquitetônica e apropriação social (LIMA, 1999). O largo em seu formato quadrado junto às suas edificações, tornaram-se o marco histórico sobre a origem de São Paulo por meio da construção do Colégio de São Paulo de Piratininga. O colégio foi construído em 1554 pela Companhia de Jesus, neste mesmo ano, ocorreu a missa de inauguração realizada pelos padres Manuel de Paiva, Afonso Brás e José de Anchieta. Em 1556, o colégio foi ampliado por iniciativa de Afonso Brás, juntamente com um grupo de indígenas coordenado por Tibiriçá.

Em 1640, na cidade de São Paulo, registou-se o primeiro episódio de expulsão dos jesuítas pelos bandeirantes, em consequência do conflito entre esses grupos devido às suas abordagens divergentes em relação às comunidades indígenas. Em 1711, a vila de São Paulo é elevada à categoria de cidade, e em 1759 ocorre a segunda expulsão da Companhia de Jesus, em uma escala mais abrangente, pois a decisão do Governo Português se estendeu a todas as colônias sob o seu domínio. Essa medida resultou na desocupação do edifício do colégio, que foi entregue ao poder público, culminando posteriormente na transformação do antigo colégio jesuíta em Palácio dos Governadores. A partir deste momento, as intervenções arquitetônicas passam a ser mais latentes, ocorrendo uma série de alterações na paisagem urbana. Solange Lima (1999), em sua pesquisa sobre as transformações do Pateo do Collegio, comenta acerca da funcionalidade do espaço e seu caráter de campo aberto, comum à arquitetura jesuítica. Ela ainda ressalta, como tais transformações, sobretudo após a mudança para Palácio dos Governadores, alteraram os sentidos, usos e as funções do espaço, não mais uma simbologia da fundação de São Paulo, mas um marco político e administrativo da cidade. Posteriormente, esse sentido inicial atrelado diretamente a Companhia de Jesus seria resgatado, apesar dos impactos sobre o local perdurarem.

A criação do monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo” surgiu por meio da iniciativa de um concurso público divulgado no jornal O Estado de São Paulo em 1909, com o intuito de construir uma obra celebrativa sobre a história paulistana, especialmente, a fundação de São Paulo. O concurso apresenta parâmetros e requisitos específicos, tal como exigido pela comissão, que busca uma narrativa autêntica expressa nas obras “Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil” de Simão de Vasconcelos e nas “Conferências preparatórias do terceiro centenário do venerável José Anchieta”, organizadas por Teodoro Sampaio (UHLE, 2015). Ademais, os artistas deviam prestar homenagem a certas personalidades, especialmente a José Anchieta. O concurso contou com a participação de renomados artistas, como Lorenzo Petrucci, Benedito Calixto, Nicolina Vaz de Assis, Egisto Bertozzi, Eduardo de Sá e Correia Lima, entre outros. No entanto, a concepção mais próxima e em consonância com as expectativas da comissão foi a maquete elaborada por Amadeo Zani. Além do mais, como apontado por Ana Rita Uhle, a idealização do monumento é marcada por dificultosas negociações entre a comissão executiva e os diversos escultores, uma vez que ela buscava controlar os sentidos simbólicos e narrativos da escultura (UHLE, 2015).

A produção de monumentos celebrativos é sintomática de demandas comumente urbanas, como ressalta Ana Uhle (UHLE, 2015). Nesse sentido, em meio a este contexto, as transformações urbanas e as solicitações da comissão do concurso público, no ano de 1925 foi erguido o monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”. Tal intervenção interferiu nos fluxos e usos do espaço, conforme apontado por Solange Lima:

Para garantir o fluxo de circulação possibilitado pelo Viaduto Boa Vista, o último e fatal esvaziamento se deu no Pátio do Colégio: a praça foi banida, substituída pela instalação, em

1925, de um monumento comemorativo da fundação de São Paulo, esculpido em 1913 por Amadeu Zani (Itália, 1869–Brasil, 1944). As práticas relacionadas com o lugar não mais incluíam o estar (a função prazerosa de ouvir a banda, por exemplo). A relação se reduziu a momentos transitórios, e ao espaço público restou a função de estacionamento. (LIMA, 1999, p. 71)

Conforme evidenciado, a praça perdeu sua função como espaço de permanência e lazer, transformando-se em um local de presenças efêmeras. Simultaneamente, durante esse período, as atividades políticas passaram a se concentrar na região dos Campos Elíseos, levando, em 1930, à transferência da sede do Governo para o Palácio da família Elias Chaves, tornando a antiga sede na Secretaria da Educação. Em 1953, ocorreu a restituição do complexo histórico à Companhia de Jesus, por meio do projeto de lei Nº 2658 <sup>1</sup>, o que promoveu a reconstrução do pátio e, nos anos subsequentes, sua configuração arquitetônica atual.

Logo, nota-se a longa história descontinuada e a origem da cidade de São Paulo a partir de uma instituição de ensino e propósitos religiosos (SOUTO; FERNANDES, 2021). O monumento de Amadeu Zani é carregado por narrativas simbólicas presente em suas representações históricas, e na escolha de suas personalidades, que passam a serem reinterpretadas na contemporaneidade. Assim, partindo desse contexto de revitalização do Pátio do Collegio, somada às narrativas representadas no monumento de Amadeu Zani, o artigo propõe uma análise da obra discutindo as relações de poder, biopoder e necropoder, à luz de conceitos da arte pública, como monumento, memória e cidade.

#### **METODOLOGIA:**

A pesquisa teve como objetivo realizar uma análise do monumento histórico “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”, de Amadeu Zani. Para isso, foram realizadas discussões teóricas embasadas nos conceitos da arte pública, abordando a definição de monumento, suas relações com a memória e a cidade. Além disso, foram explorados os conceitos de Biopolítica e Necropolítica, conforme proposto por Michel Foucault e Achille Mbembe, buscando discutir e questionar os caminhos para os monumentos na contemporaneidade, suas dimensões políticas e as narrativas de poder intrínsecas a estes objetos dentro do cenário artístico urbano. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e a elaboração de fichamentos, divididos em três temas de pesquisa: monumento escultóricos e sua relação com a cidade e memória; as concepções de biopolítica e necropolítica, segundo Michel Foucault e Achille Mbembe respectivamente, e por fim, o contexto histórico e as dinâmicas que permearam o Pátio do Collegio. Para a análise do monumento, foi primordial a contextualização histórica, uma vez que torna-se fundamental para pensar a importância dos monumentos na contemporaneidade, assim como, as dinâmicas de poder de vida e morte, segundo Foucault e Mbembe, agem na leitura dos monumentos na contemporaneidade e corroboram com a marginalização de determinados indivíduos.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

No final do século XIX e início do século XX, ocorreram transformações significativas na paisagem urbana da cidade de São Paulo, impulsionadas pela prosperidade da economia cafeeira. Esse contexto econômico possibilitou a expansão das vias urbanas, como ruas e avenidas, e também estimulou a renovação dos espaços públicos. A ocupação descontinuada por diversos grupos e o contexto do Pátio do Collegio suscitam discussões acerca das dinâmicas da cidade e o seu caráter atuante na produção social e dos sentidos simbólicos agregados ao espaço e seus elementos. Paulo Knauss (1999) colabora com as leituras sobre a cidade como um território simbólico delimitado por objetos urbanos, onde o espaço consiste em um produto social :

Nesse sentido é preciso ter em conta que o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultante histórico das disputas em torno da significação do território. A disputa simbólica surge como transfiguração das disputas de poder da sociedade. (KNAUSS, 1999, pp.07-08)

Ademais, a leitura de Knauss nos convida a refletir sobre os diversos conflitos de apropriação entre os jesuítas, bandeirantes, ou mesmo o Estado na ocupação do conjunto arquitetônico do Pátio do Collegio, e conseqüentemente, nos diferentes sentidos e usos agregados a ele, seja como um marco da criação da cidade, ou um polo político e administrativo. Dessa maneira, ao considerarmos as relações atribuídas ao espaço e à escultura de Amadeu Zani, e em consonância com os estudos de

---

<sup>1</sup> O projeto de Lei Nº 2658 de 1954, foi responsável pela mobilização em favor da reconstrução do conjunto arquitetônico do Pátio do Collegio - SP, por meio desta Lei Estadual, a área passava a ser domínio dos jesuítas, representados pela Sociedade Brasileira de Educação. SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.658 de 21 de janeiro de 1954. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 17, ano 64, p. 1, 1954. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/32941> > Acesso em: 09 de março de 2023.

Miriam Escobar em “ A escultura no espaço público em São Paulo”, notamos a construção de novos sentidos ao local, no qual, a autora ressalta: “ O espaço urbano recebe através do tempo uma série de inserções, que alteram as relações dimensionais, volumétricas e estéticas e que acarretam a criação de novos significados, signos e símbolos.” (ESCOBAR, 1994, p.23). No campo conceitual, a historiografia da arte determinou fronteiras entre a arquitetura e a escultura, resumidamente, a primeira seria responsável por delimitar o espaço, já a segunda, ocupá-lo. Contudo, como demonstrado na pesquisa de Escobar (1994), o monumento surge da intersecção de ambos conceitos, proporcionando uma relação mais dialógica e menos antagônica. O monumento escultórico adquire assim um valor estético e simbólico dentro de seu espaço de instalação.

Nesse sentido, a escultura atua enquanto sujeito artístico para além de uma condição somente de objeto, desempenhando um papel na paisagem urbana e uma relação com o observador (ESCOBAR, 1994). Logo, nota-se que a instalação do monumento de Amedeo possui uma relação direta com o espaço do Pateo do Collegio, a escultura enquanto um objeto simbólico contribui com as memórias, conforme estabelece uma relação espacial, estética e cultural:

A escultura se apresenta como uma entidade que nos possibilita descobrir um fio condutor , um elo entre a memória individual e a coletiva, uma identificação com os significados essenciais de cada momento cultural, uma conexão possível dentro do complexo organismo da cidade de São Paulo.( ESCOBAR, 1994, p. 13).

Dentro do campo tridimensional, o monumento, segundo Alois Riegl (2014), configura-se como uma obra construída pelo ser humano, com o princípio de perpetuar suas ações e destinos para as próximas gerações. Pensando nisso, os monumentos desempenham um papel fundamental ao longo da história, sendo muitas vezes associado a um marco histórico, dada a sua forte relação com a memória. Outros aspectos fundamentais sobre a constituição própria dos monumentos são apontados em, “A alegoria do patrimônio” de Françoise Choay (2001), a qual ressalta o papel da memória na preservação das identidades. Segundo a autora, o monumento exerce uma influência direta sobre a memória de uma comunidade, pois, por meio da materialidade dessas construções, busca-se rememorar um passado “ localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.” ( CHOAY, 2001, pp. 17 -18).

Como observamos, o passado rememorado é *localizado e selecionado* para a permanência de determinado grupo. Em um contexto mais contemporâneo, Andreas Huyssen, em seu livro “Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia”, apresenta reflexões acerca da memória e das novas tecnologias no período do século XX. O autor destaca que eventos como a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e a Queda do Muro de Berlim influenciaram nas discussões acerca da memória, em razão da grande repercussão na mídia internacional, desenvolvendo-se assim, uma compulsão pela memória (HUYSSSEN, 2000). Contudo, Huyssen ainda comenta sobre as memórias imaginadas, a linha tênue entre o real e o mítico:

Mas ao mesmo tempo, é claro, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. (HUYSSSEN, 2000, p. 16)

Pensando nisso, cabe ponderar se a história oficial tem nos conduzido a memórias reais ou mitologizadas. Como apresentado pelos autores, a memória é um elemento fundamental para as sociedades modernas, que ao ser materializada em monumentos, nos conduzem às reflexões acerca da rememoração e do esquecimento, uma união entre o passado, presente e futuro. Atuante nessas divergências, o monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”, trata-se de uma escultura ornamentada por diversos símbolos, tendo cerca de vinte e cinco metros e setenta e cinco centímetros em granito e bronze. Em seu topo, encontra-se a representação de São Paulo por meio de uma figura feminina que elege os seus fundadores em referência à construção da cidade (COMUNALE, 2015).

Como descrito por Comunale (2015), o monumento em questão é constituído por diversas representações simbólicas de figuras que desempenham papéis de destaque no processo de colonização da região. Entre essas personalidades, destacam-se o Padre José Anchieta, jesuíta espanhol que exerceu um papel significativo na fundação e colonização de São Paulo, dedicando-se à catequização e educação dos indígenas. Da mesma forma, o Padre Manuel de Nóbrega, jesuíta português responsável pela primeira missão ao Brasil, também contribuiu para a disseminação dos princípios colonizadores. Destaca-se também, a representação do Padre Manoel de Paiva,

responsável pela celebração da primeira missa em 1554, marco do início da cristianização do território. Adicionalmente, Tibiriçá, líder indígena Tupiniquim, atuou no processo de construção da cidade, ao estabelecer relações de cooperação com os colonizadores. Além desses, o Padre Afonso Braz, através de sua participação na disseminação da fé católica durante o período de colonização, acompanhou a expedição liderada por Martim Afonso. Outrossim, na parte inferior do monumento, é possível observar a representação de distintas autoridades da época por meio de medalhões. Dentre essas autoridades, destacam-se Martim Afonso de Souza, colonizador português e fundador da capitania de São Vicente; Mem de Sá, militar português e Governador Geral do Brasil no período de 1558 a 1572; Dom João III, monarca português que exerceu um papel determinante na expansão territorial e marítima; e o Papa Júlio III, que autorizou a criação da Diocese de São Paulo em 1551, fato de suma relevância para a história do Brasil.

Na atualidade, tais representações passam a ser reinterpretadas dentro de um outro viés, como apontado por Huyssen, a “memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é sujeita a mudanças - políticas, geracionais e individuais”, ele ainda ressalta, que torna-se necessário “distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva” (HUYSSSEN, 2000, p.37). Assim, por meio deste discurso, isto é, o modelo de leitura aplicado aos monumentos, e como este, constrói uma narrativa comprometida por um tipo de pensamento que representa a hegemonia e a exclusão social de determinados grupos sociais — evidenciando a necessidade de revisão urgente de suas bases de leitura e crítica —, busca-se relacionar os conceitos de Necropolítica e Biopolítica, de maneira a ressaltar a memória enquanto uma relação de poder, dada a forte alusão da obra de Amedeo Zani aos reflexos da colonização.

Michel Foucault (1926 - 1984) enfatiza como as relações de poder não se limitam à atuação do Estado, sendo necessário pensar nas dinâmicas de poder incorporadas ao cotidiano do corpo social. Segundo ele, essas relações implicam na produção de campos de saberes e ocorrem através do ato e do exercício, não sendo um elemento estático que se detém, mas que transita entre os indivíduos (FOUCAULT, 1979). É nesse sentido que, com o avanço da modernidade, Foucault (2010) aponta como os fatores biológicos passam a ser apropriados pelas noções de poder, propondo o conceito de Biopolítica. Este conceito consiste na relação entre o poder e a vida, no qual, por meio de mecanismos reguladores e disciplinadores se obtém o controle e a gestão dos indivíduos. Tais relações são fundamentais na concepção do autor, visto que no século XVIII o controle sobre os corpos saudáveis passam a integrar o sistema de produção, além da exposição a morte, nas suas mais variadas formas, tornar-se uma ferramenta de controle:

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 216)

Amparado nos pensamento de Foucault, Achille Mbembe amplia e aplica o conceito de Biopolítica ao contexto africano pós-colonial e as realidades globais contemporâneas, cunhando o conceito de Necropolítica. Segundo ele, o poder está diretamente associado ao exercício da soberania por meio do controle da morte: “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (MBEMBE, 2016, p. 123). Além do mais, na concepção do autor, o racismo é um dos elementos principais na regulação do controle constituído pelo Biopoder, logo, influenciando também no controle da morte (MBEMBE, 2016).

Sob a perspectiva de ambos autores, torna-se evidente a atuação do biopoder e necropoder na obra de Amedeo Zani. O artista representa de maneira simbólica e expressiva os diversos personagens que contribuíram para o processo de colonização da região, desde os jesuítas responsáveis pela catequização e educação, até líderes indígenas e autoridades coloniais que desempenharam papéis fundamentais no estabelecimento e desenvolvimento da cidade. O monumento em análise reflete um contexto marcado por violências inerentes à estrutura escravista, corroborando com uma perspectiva gloriosa sobre o surgimento da cidade de São Paulo. As contribuições de Fátima de Lima (2018) a esse estudo são valiosas, uma vez que, ela utiliza os conceitos de Foucault e Mbembe para refletir como os processos e reflexos atuais relacionados a colonialidade,— sobretudo a escravidão e sistema *plantation* —, atualizam as dinâmicas raciais no cenário brasileiro, latino-americano e caribenho. Segundo ela, os mecanismos associados ao poder de morte no período colonial configuraram o imaginário e as práticas sociais na atualidade, uma vez que as práticas discursivas atuam de forma silenciosa (LIMA, 2018).

Nesse sentido, a análise da obra de Amedeo Zani sob o prisma da Biopolítica e Necropolítica se revela crucial para a compreensão das representações históricas, a memória enquanto um mecanismo de poder, e seus impactos na atualidade. A reflexão sobre a violência e a exploração subjacente ao processo colonial e escravista traz à tona a necessidade de repensar as narrativas oficiais e de promover uma abordagem mais crítica e sensível.

#### CONCLUSÕES:

Por meio da pesquisa acerca do monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo” de Amedeo Zani, conclui-se que as narrativas simbólicas são sintomáticas de perspectivas privilegiadas pela história oficial, uma memória carregada por uma estrutura colonial violenta e marginalizadora. Tais questões, instauram a necessidade de refletir sobre os papéis dos monumentos na atualidade, e como estes, contribuem com cenário artístico urbano, bem como com as práticas sociais na contemporaneidade. Conforme enfatizado por Huyssen (2000), torna-se imprescindível discriminar e rememorar de forma produtiva os passados considerados *usáveis* e *dispensáveis*, a fim de assegurar a construção de novas leituras e diálogos no mundo contemporâneo. Refletir acerca dos monumentos e das memórias privilegiadas pela história oficial, torna-se fundamental para conduzirmos e discutirmos os rumos da arte pública, dos monumentos e das relações de poder na atualidade.

As relações de poder, biopolítica e necropolítica, implícitas no caráter simbólico da obra em questão evocam um passado que perpetua pensamentos coloniais na sociedade atual, impactando especialmente as populações negras e indígenas. Essa influência é notavelmente visível, conforme destacado por Lima (2018), na população em situação de vulnerabilidade social, nos *apartheids urbanos*, extermínio racial, sistema penitenciário, entre outros aspectos. Assim, aprofundar-se na análise dessas questões é essencial para um diálogo crítico acerca dos monumentos na contemporaneidade, ainda que, sua destruição sempre esteve presente ao longo das histórias das sociedades, ele demanda “um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.” (CHOAY, 2001, p. 12), como colocado por Choay.

#### BIBLIOGRAFIA:

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

COMUNALE, Viviane. Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. **Acervo digital da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, 2015. Disponível em: < <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252393> >. Acesso em: 20 de jan. 2023.

ESCOBAR, Miriam. **A escultura no espaço público em São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Estruturas ambientais urbanas), FAU - Depto de História da Arquitetura e Estética do Projeto - Universidade de São Paulo, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 20. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso Collège de France (1967)**. São Paulo: Martins Fontes, 2 Ed, 2010.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória** – arquitetura, monumentos e mídia. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed: Univ. Candido Mendes: MAM RJ, 2000.

KNAUSS, Paulo. **Cidade vaidosa: imagens urbanas do R. J.**. Ed. Sette Letras, 1999.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&nrm=iso) >. acessos em 20 fev. 2023.

LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 6, p. 61-82, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAV/EBA/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ. n. 32, p 122-151, 2016.

PATEO DO COLLEGIO. **Pateo do Collegio**. Linha do Tempo. Disponível em: < <https://www.pateodocollegio.com.br/linha-do-tempo> > Acesso em: 20 de jan. 2023.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2014.

SOUTO, H.; FERNANDES, M. L.. Pateo do Collegio, lugar de nascimento e memória: a reforma litúrgica realizada por Cláudio Pasto. **Estudos Avançados**, v. 35, n. Estud. av., 2021 35(103), set. 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/jdNTpskhPpWXn9sxlTySYtB/abstract/?lang=en#> > Acesso em: 18 de fev. de 2023.

UHLE, A. R.. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 139–163, jul. 2015.